

MPF quer que Lula pague toda a propina já confessada pela OAS

O Ministério Público Federal quer que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva arque com uma multa equivalente ao que seria o total de propina paga pela OAS em contratos com a Petrobras para construção de duas refinarias. Para sustentar a cobrança de R\$ 87,6 milhões ao petista, o MPF afirma que, segundo a acusação, Lula teria recebido de maneira ilegal R\$ 3,7 milhões, mas ele também seria o “responsável pela geração e pagamento de vantagens indevidas” a outros agentes públicos.

Reprodução



Defesa de Lula considera pedido "absurdo".

A defesa do ex-presidente, feita pelo escritório **Teixeira Martins Advogados**, considerou um absurdo imputar a Lula o ressarcimento de valores “oriundos de ilícitos supostamente praticados por terceiros”.

O cálculo apresentado pelo MPF está nas alegações finais da instituição no [processo em que Lula foi denunciado](#) pelos crimes de corrupção passiva, ativa e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de dissimular patrimônio – um apartamento triplex e um contrato de aluguel para guardar o acervo de presentes recebidos enquanto era presidente –, para ocultar recursos ilícitos recebidos da OAS.

Segundo o MPF, o ex-presidente era o comandante máximo do esquema. “Observa-se que Lula, enquanto seu líder de maior projeção, foi o maior interessado e beneficiário do cenário de governabilidade corrompida e da perpetuação criminosa no poder pela formação de um colchão de propina que seria usado para financiar campanhas eleitorais nos mais diversos níveis”.

A ação pede que os sete réus do caso devem cumprir pena em regime fechado. Aos dois executivos da empreiteira, Leo Pinheiro e Paulo Gordilho, no entanto, os procuradores da “lava jato” defendem que a pena seja reduzida pela metade pelo fato de terem confessado os crimes e ajudado nas investigações.

A ex-primeira-dama Marisa Letícia era ré no processo, mas teve [nome excluído da ação penal](#) depois que morreu, no início deste ano. O presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, também é um dos réus no caso.



Fernando Augusto Fernandes, advogado de Paulo Okamoto, ressalta que o processo demonstrou não existir qualquer ilegalidade em relação ao armazenamento do acervo do ex-presidente Lula e, por isso, acredita na absolvição de seu cliente.

Clique [aqui](#) para ler as alegações finais do MPF.

Date Created

03/06/2017